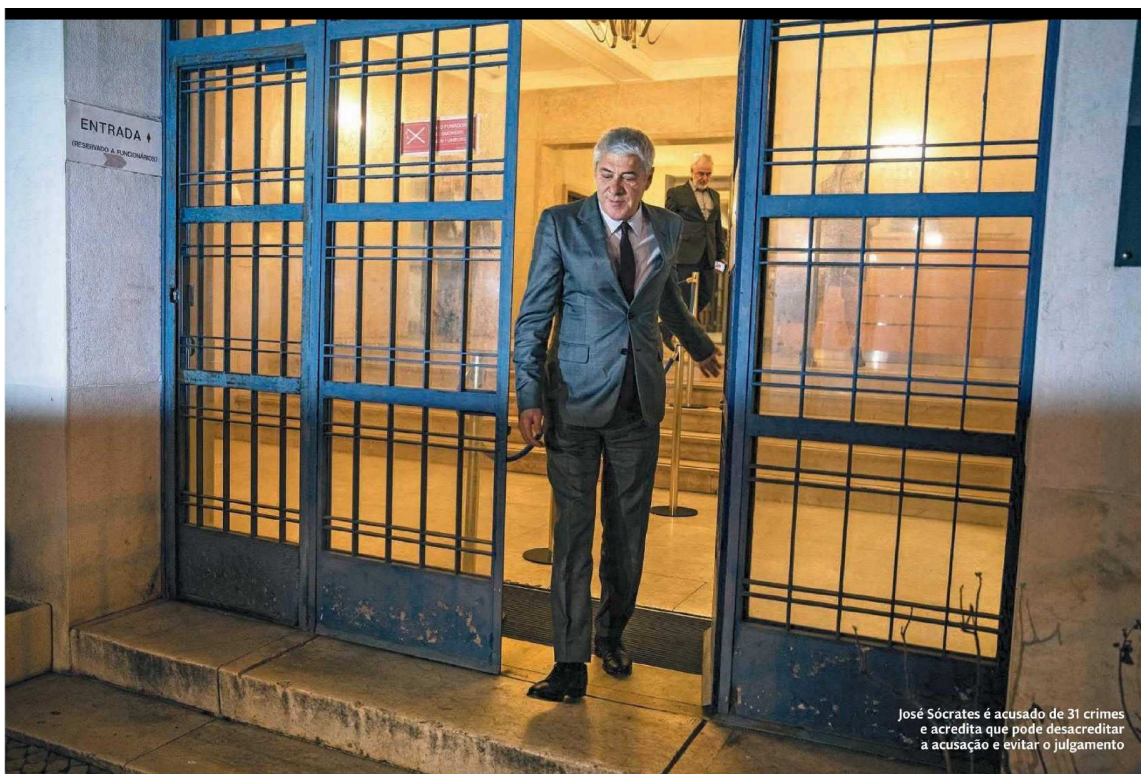


Periodicidade: Semanal	Temática: Justiça
Classe: Informação Geral	Dimensão: 1755 cm ²
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 82175	Página (s): 8



José Sócrates é acusado de 31 crimes e acredita que pode desacreditar a acusação e evitar o julgamento

Texto RUI GUSTAVO
Foto TIAGO MIRANDA

Vinte horas para tentar desmontar uma acusação

José Sócrates usou gráficos, o calendário e muita argumentação para tentar convencer o juiz Ivo Rosa de que não há provas para o julgar. Só para o ano se saberá se conseguiu

Por regra, um julgamento começa com a leitura da acusação do Ministério Público (MP). É um ato meramente formal, porque procuradores, juízes, arguidos e advogados já a conhecem, mas marca o início de tudo. Como um ritual.

No primeiro julgamento de José Sócrates — formalmente chama-se fase de instrução, mas na verdade é um pré-julgamento, em que o juiz avalia se há indícios suficientes para que a acusação leve à condenação dos arguidos —, Ivo Rosa tem lido a acusação de 4083 páginas por capítulos. E nos últimos quatro dias os dedicados ao ex-primeiro-ministro. Primeiro, as suspeitas relacionadas com o universo do BES e a OPA falhada ao Grupo PT; depois, o caso Armando Vara (CGD)/Vale do Lobo; ao terceiro dia, o suposto favorecimento ao Grupo Lena nos negócios na Venezuela, e, por fim, os empréstimos/entregas de dinheiro de Carlos Santos Silva, o amigo "de mais de 40 anos".

Em mais de 20 horas de interrogatório ao principal arguido do processo, o juiz Ivo Rosa confrontou o ex-primeiro-ministro com todas as acusações do MP e ouviu pacientemente as explicações de José Sócrates, que negou a prática de qualquer crime e usou datas e gráficos para tentar desmontar a tese da dupla Rosário Teixeira (procurador) e Paulo Silva (inspector tributário). E não poupou na adjectivação: a acusação é uma "alucinação" e uma "ignominia", as suspeitas são "um insulto" e uma "infâmia" e Rosário Teixeira tem uma "motivação pessoal" para o perseguir judicialmente.

De acordo com várias fontes ouvidas pelo Expresso, ao contrário do que aconteceu nas três ocasiões em que foi interrogado pelo MP, em que se exaltou várias vezes e elevou a voz, Sócrates tem-se mantido

calmo e de cada vez que ameaça enervar-se é contido por Ivo Rosa. "Eu tenho de fazer as perguntas e o arguido tem de responder".

€26 MILHÕES DO BES? "É UMA IGNOMÍNIA"

A tese do MP é a de que José Sócrates foi subornado por Ricardo Salgado, então o centro do universo Espírito Santo, com 26 milhões de euros para favorecer a posição do grupo em vários negócios e mais concretamente na OPA falhada da Sonae, de Belmiro de Azevedo, ao Grupo PT. Zeinal Bava e Henrique Granadeiro, administradores da PT, também teriam sido subornados para o mesmo fim e estão igualmente acusados na Operação Marquês. Sócrates classificou a acusação de "ignominia", garantiu que tinha uma relação "formal" com Ricardo Salgado e explicou que o Governo assumiu uma posição "neutral" na operação, que só falhou porque a Sonae não fez uma oferta suficientemente aliciante pelas ações, e não porque o Governo tenha bloqueado o negócio através da *golden share*.

O ex-primeiro-ministro terá mesmo garantido que nunca foi pressionado por Ricardo Salgado e que o único a pedir-lhe uma intervenção no processo foi Paulo Azevedo, filho de Belmiro e já então administrador da Sonae. Quería que Sócrates garantisse o sucesso da operação.

Um dos grandes trunfos do MP para demonstrar que Ricardo Salgado corrompeu José Sócrates é a confissão de Helder Bataglia, um empresário luso-angolano que levou o GES para Angola e que admitiu num interrogatório com Rosário Teixeira ter transferido 12 milhões de euros para uma conta de Carlos Santos Silva a pedido de Ricardo Salgado, a quem "ninguém" dizia "não". O MP diz que este dinheiro é, na verdade, de José Sócrates e serviu para garantir que, caso fosse necessário, este defenderia os interesses do GES. Acusação que o ex-primeiro-ministro nega e considera "um insulto".

Quando foi interrogado por Ivo Rosa na fase de instrução, Ricardo Salgado terá recusado falar sobre José Sócrates, mas garantiu que as transferências de 25 milhões de euros para Zeinal Bava eram depósitos "fi-

duciários" para comprar ações, e foi perentório: "Nunca na minha vida corrompi ninguém."

"VARA? TENTEI EVITAR QUE FOSSE NOMEADO PELO GOVERNO"

Cinco horas de interrogatório no primeiro dia, mais cinco horas de perguntas e respostas no segundo. Sócrates foi confrontado com o capítulo Vale do Lobo/Armando Vara, que também é acusado na Operação Marquês, e está neste momento a cumprir uma pena de cinco anos por tráfico de influências a que foi condenado no caso Face Oculta (é o único português a cumprir pena por este tipo de crime, segundo dados dos serviços prisionais). De acordo com a acusação, Sócrates terá movido influências no Governo para que Armando Vara fosse nomeado para a administração da Caixa Geral de Depósitos. O objetivo era que o banqueiro e ex-ministro socialista facilitasse o financiamento de um empreendimento do Grupo Vale do Lobo, como veio a acontecer, com resultados ruins para o banco público. Sócrates e Vara terão recebido um milhão de euros cada um

pelo favor de 200 milhões ao Grupo Vale do Lobo.

Quando foi confrontado pela primeira vez com estas acusações, Sócrates negou ao MP qualquer influência na nomeação do amigo e garantiu que a decisão tinha sido de Teixeira dos Santos, ex-ministro das Finanças. Agora, perante Ivo Rosa, disse que até aconselhou Teixeira dos Santos a deixar que fosse o presidente da Caixa, Santos Ferreira, a nomear quem quisesse para a administração do banco, para "evitar polémica". Segundo ele, foi Teixeira dos Santos quem insistiu em nomear Vara. Quando foi interrogado por Ivo Rosa, o ex-ministro das Finanças confirmou que Sócrates o tinha avisado para as consequências da nomeação de Vara. Da primeira vez que foi ouvido, ainda pelo MP, Teixeira dos Santos tinha dito que não dissera nada a Sócrates mas sabia que a nomeação de Vara teria a sua aprovação.

"LENA? NEM SABIA QUE IAM PARA A VENEZUELA"

As seis horas do terceiro dia de interrogatório a José Sócrates foram quase todas gastas com

o capítulo Grupo Lena, um dos mais importantes da acusação. A equipa de Rosário Teixeira sustenta que o ex-primeiro-ministro "usou" o cargo para conseguir que o grupo empresarial de Leiria celebrasse um negócio milionário na Venezuela relacionado com a construção de habitação social. Prova disso: um depósito de 1,2 milhões de euros feito em 2007 por Joaquim Barroca numa conta de Carlos Santos Silva e que teria ido parar a Sócrates. E ainda afirma que a viagem à Venezuela só teve lugar em 2008 e que um ano antes ninguém sabia da oportunidade de negócio. Logo, para quê suborná-lo? O MP acusa Sócrates de estar envolvido ainda na entrega do projeto TGV a um consórcio de que o Grupo Lena fazia parte e de ter recebido um total de seis milhões de euros. O ex-primeiro-ministro usou um gráfico que levou para o tribunal para demonstrar que o grupo Lena não foi favorecido em relação a outras empresas.

"SANTOS SILVA? JÁ COMECEI A PAGAR"

No quarto dia foi confrontado com os factos porventura mais difíceis de explicar. Desde que deixou a política, por que razão era sustentado por Carlos Santos Silva, que lhe mandava entregar dinheiro em numerário, pagou despesas relacionadas com a habitação em Paris e financiou a compra de um monte no Alentejo, adquirido pela ex-mulher de Sócrates? As entregas terão totalizado 1,5 milhões de euros e foram vigiadas pelo MP durante um ano. Tanto o ex-primeiro-ministro como Santos Silva já garantiram que se tratava de empréstimos para que Sócrates pudesse manter o estilo de vida e que até já começaram a ser pagos. O MP nunca acreditou nesta versão. Porque é que falavam em código? E porque é que Sócrates dispunha do dinheiro como se fosse seu?

rgustavo@expresso.imprensa.pt